Processo n.º 237/2019

(Autos de recurso em matéria cível)

Data: 25 de Julho de 2019

ASSUNTOS:

- Adquirição por usucapião da metade da propriedade de um imóvel por um dos dois compromitentes-compradores
- Falta de elementos comprovativos da inversão do título da posse quanto a outra metade da propriedade do imóvel em causa

SUMÁRIO:

I – Os Autores alegaram o seguinte: os 2º, 4º e 6º Réus, em 3 de Junho de 1988, venderam, através de um contrato-promessa de compra e venda, a fracção autónoma “AO5” a que se referem os presentes autos a si e ao 1º Réu, **A**, pelo preço de HK\$301.661,00; que, juntamente com o 1º Réu, pagou aos 2º, 4º e 6º Réus o preço, em cinco prestações, tendo a quantia relativa à última prestação sido obtida mediante empréstimo bancário contraído por si e o 1º Réu; que, em 21 de Junho de 1990, data em que a última prestação foi paga, a fracção autónoma foi entregue a si e o 1º Réu pelos 2º, 4º e 6º Réus; que, desde então, os promitentes-compradores passaram a ocupar e a fruir a fracção autónoma com a convicção de serem os seus únicos legítimos e plenos titulares.

II – Foi alegado ainda que, em meados de 1992, o 1º Réu vendeu a si quota-parte sobre a mesma fracção autónoma que lhe pertencia pelo preço de HK\$200.000,00 ficando B com a obrigação de pagar o remanescente do empréstimo bancário contraído para a aquisição do imóvel

III – Os Autores alegaram ainda o seguinte: em 13 de Setembro de 1997, B liquidou integralmente o empréstimo bancário; que B não conseguiu localizar nenhum dos 2º, 4º e 6º Réus para celebrar a escritura de compra e venda; que B, apesar disso, desde 1990 e relativamente à totalidade da fracção autónoma desde meados de 1992, suportou todas as despesas, incluindo, contribuição predial, electricidade e água; que, por ser residente de Hong Kong, B incumbiu o seu sobrinho para se deslocar regularmente à fracção autónoma, abrindo as janelas e promovendo a sua limpeza; que as despesas da limpeza, reparação e manutenção da fracção autónoma foram pagas por si; que nunca pagou quaisquer rendas pela fracção por não julgar serem devidas à vista de todos, pacificamente, sem oposição de ninguém e sem recurso à violência e coacção, moral ou física, e sem oposição de terceiros e ignorando lesar direitos de terceiros; e que era reconhecido como dono da fracção autónoma.

IV – À excepção de outros factos considerados provados, pelos Autores não foram devidamente alegados e provados elementos suficientes que demonstrem a inversão do título de posse por parte de B, nem em sede do recurso, conseguiram convencer o Tribunal *ad quem* que havia inversão do título da posse em causa, nem conseguiram demonstrar que houve erro notório em apreciação de provas por parte do Tribunal recorrido, não obstante os Recorrentes/Autores terem impugnado a matéria de facto.

VI – De realçar que, para que o comprometente-comprador (depois os seus

herdeiros) adquira a propriedade de outra metade de um imóvel por usucapião, pertencente ao outro compromitente-adquirente, sobre o qual aquele vinha a exercer actos de posse, à falta de título e para o efeito, deve demonstrar a inversão do título da posse, nos termos do disposto no artigo 1265º do CC de 1966 (artigo 1190º do CCM).

VII – Na falta de elementos necessários à comprovação da posse por parte do promitente-comprador sobre outra metade do imóvel, é de manter a decisão recorrida que declarou que os Autores (sucessores da posse) adquiram apenas metade da propriedade do imóvel por usucapião.

O Relator,

Fong Man Chong

Processo n° 237/2019

(Autos de recurso em matéria cível)

Data : 25 de Julho de 2019

Recorrentes : - **C, D, E, F e G** (*Sucessores do falecido B*)

Recorridos : - **A, H, P e I**

- **Sucessores incertos do falecido J**

- **K**

- **K, L e M** (*Sucessores do falecido Q*)

*

Acordam os Juízes do Tribunal de Segunda Instância da RAEM:

I - RELATÓRIO

C, D, E, F e G (*Sucessores do falecido B*), Recorrentes, devidamente identificados nos autos, discordando da sentença proferida pelo Tribunal de primeira instância, datada de 28/09/2018, que julgou parcialmente procedente a acção, dela vieram, em 18/12/2018, recorrer para este TSI com os fundamentos de fls. 318 a 345, tendo formulado as seguintes conclusões

I – O OBJECTO DO PRESENTE RECURSO

1. O presente recurso tem por objecto:

- o acórdão proferido pelo Tribunal sobre a matéria de facto, concretamente no que se refere ao facto provado sob o facto n.º 32.º e bem assim aos factos (adiante transcritos) 19.º a 24.º e 42.º dados como não provados no aludido acórdão; e
- a douta sentença, na parte em que decaíram os Recorrentes, com a qual não se conformam.

II- O RECURSO SOBRE A MATÉRIA DE FACTO

2. Ao abrigo do disposto no artigo 599.º do CPC os Recorrentes declaram que **a impugnação da decisão de facto incide sobre a resposta dada pelo Tribunal aos factos 19.º a 24.º, 32.º e 42.º da petição inicial**, que foram julgados como não provados (no caso dos factos 19.º a 24.º e 42.º) e como parcialmente provado (no caso do facto 32.º), omitindo elementos provados documental ou testemunhalmente, que são essenciais a uma decisão justa do presente litígio.

3. Como veremos, estes factos, se provados, determinariam por si só o sucesso da causa. Porém, contrariando o depoimento das testemunhas, e sem qualquer explicação para esse facto, foram dados como não provados os artigos 19.º a 24.º e 42.º da petição inicial.

4. Já no que respeita ao facto 32.º, o Tribunal *a quo* deu apenas como *“PROVADO que foi na convicção de se ser, pelo menos, titular de metade indivisa do direito de propriedade da fracção autónoma que B tratou do pagamento das despesas da fracção autónoma, tais como a contribuição predial e as despesas com a electricidade e água”*. (sublinhado nosso)

5. Ainda que se admitisse que os factos 19.º a 24.º e 42.º não pudessem ser dados como provados na íntegra, das provas produzidas em audiência de julgamento sempre seria possível retirar-lhes algum conteúdo útil e dá-los como parcialmente provados ao invés de liminarmente os considerar como não provados.

6. De todo o modo, ainda que assim não fosse, bastaria uma redacção diferente do facto 32.º para que se alcançasse uma decisão justa para o presente pleito.

7. E essa redacção impunha-se caso se tivesse apreciada devidamente a prova

produzida pelas testemunhas arroladas e também, em grande medida, pela prova documental trazida aos Autos, o mesmo se dizendo em relação ao facto de terem sido dados como não provados os factos 19.º a 24.º e 42.º.

8. Com efeito, ao afirmar a convicção de propriedade ao Autor apenas relativamente a metade indivisa da Fracção, o Tribunal *a quo* ignora a existência de um negócio de transmissão da metade da Fracção do 1.º Réu para o Autor e, por conseguinte, que a partir desse momento o Autor actuava com *animus* de ser proprietário da totalidade da Fracção.

9. Ora, do depoimento das testemunhas N e O resultam cristalinamente as seguintes ideias chave:

- O 1.º Réu ausentou-se de Macau nos anos 90 e desde então que nunca mais exerceu qualquer acto a respeito da Fracção;

- Para pagamento de dívidas que o 1.º Réu havia contraído junto de B, no âmbito de negócios que tinham em conjunto, o 1.º Réu entregou a sua metade da Fracção a B;

- Desde então (meados dos anos 90) que B actuava sobre a Fracção como sendo seu único proprietário (apesar de não ser possível precisar uma data exacta);

- A actuação como proprietário da totalidade da Fracção ficou inquestionavelmente indiciada pelo reembolso por ele feito exclusivamente do empréstimo bancário contraído para aquisição da Fracção; pelo pagamento dos impostos, despesas com água, luz e outras de reparação e manutenção; bem como por ter dado a Fracção de arrendamento, recebendo exclusivamente para si as rendas;

- Toda a gente (família e amigos) reconhecia B (e agora os seus sucessores) como proprietários da totalidade da Fracção.

10. Acresce ainda que o 1.º Réu não contestou, nem ninguém alegou que este alguma vez tivesse questionado os alegados actos e *animus* do Autor.

11. Aliás, como referiu o Tribunal *a quo* - e bem - com base nos depoimentos das testemunhas o Tribunal deu, no facto 38.º, como "*provado que, na perspectiva dos seus amigos e familiares, B era o proprietário da fracção autónoma*".

12. No entanto, e sem qualquer explicação para a desvalorização desses depoimentos, acabou por dar como provado nos autos que "*foi na convicção de se ser, pelo*

menos, titular de metade indivisa do direito de propriedade da fracção autónoma que B tratou do pagamento das despesas da fracção autónoma, tais como a contribuição predial e as despesas com a electricidade e água". (nosso sublinhado)

13. Ora, não tendo sido em momento algum referido pelas testemunhas que B (e agora os seus sucessores habilitados), se consideravam proprietários de **apenas metade** da Fracção, nem tal facto vindo alegado na Petição Inicial, na opinião dos Recorrentes esta decisão contraria por completo os factos alegados e que efectivamente se provaram e bem assim, as regras comuns da experiência.

14. Como consequência prática de uma errónea apreciação da prova, o Tribunal *a quo* retira o *animus* da titularidade exclusiva da Fracção ao Autor, não atribuindo a titularidade dessa metade ao 1.º Réu mas deixando-a nas mãos dos restantes Réus, que são os seus proprietários registados e que já receberam o preço pela venda da fracção há mais de 26 anos!

15. Sempre se dirá que a credibilidade das testemunhas nunca foi posta em causa, não se compreendendo a razão pela qual certas partes do seu depoimento são “cirurgicamente” seleccionadas partes do seu depoimento para não serem aceites.

16. Por outro lado, o facto de as testemunhas que confirmaram a existência da transmissão da metade da Fracção do 1.º Réu para o Autor serem os seus sobrinhos, não deve causar estranheza por várias ordens de razões.

17. Em primeiro lugar, e como resulta do seu testemunho, porque eram eles quem, a mando do Autor que residia em Hong Kong, tratavam das questões relacionadas com a Fracção ao longo dos anos (facto que ficou provado) sendo natural que sejam eles quem tem conhecimento privilegiado da sua situação e titularidade.

18. E, em segundo, porque tendo em conta a residência do Autor em Hong Kong, o seu posterior falecimento e a impossibilidade de citar a maior parte dos Réus, e a ausência de contestação daqueles que foram citados, é natural que as testemunhas arroladas pelo Autor sejam pessoas com quem o mesmo se relacionava ou tenha laços familiares.

19. Por fim, não é razoável esperar que o Autor pudesse arrolar, por exemplo, amigos do 1.º Réu com conhecimento de factos que se passaram há mais de 20 anos, sendo que o Autor não teve qualquer relação com o 1.º Réu desde que este se ausentou de

Macau, deixando nele resolvidos todos os seus negócios e investimentos.

20. A desrazoabilidade da apreciação da prova produzida fica patente mais uma vez pela fundamentação que o Tribunal *a quo* dá para a redacção do facto provado n.º 32 que olvida o que as testemunhas peremptoriamente afirmaram, e as regras comuns da experiência, ao concluir que não se considerou demonstrada a cessão mas, num gesto de arrependimento, acrescentando que não conseguiu excluir a hipótese de ter existido efectivamente tal cessão.

21. Demonstrada a errónea apreciação da prova testemunhal, cumprirá ainda fazer uma nota quanto à prova documental a qual, considerada em conjunto com a prova testemunhal, não pode deixar de cimentar a convicção de que o Autor e posteriormente os sucessores habilitados do Autor terem actuado e actuam como proprietários da Fracção desde meados dos anos 90.

22. Com efeito, foram submetidas aos Autos pelo Autor como **Doc. 4**, a pública-forma da livrança subscrita pelo Autor e pelo 1.º Réu, cujo original lhe foi devolvido em 15 de Setembro de 1997 e se manteve na sua posse (e agora na posse dos seus sucessores habilitados), desde a liquidação integral do empréstimo concedido pelo Banco Weng Hang no ano de 1997, nos termos da carta junta como **Doc. 5**.

23. E, dizem as regras da experiência comum que o Banco entregará os originais dos documentos que titulam a dívida à parte que a pagou.

24. Foram ainda juntos aos Autos o comprovativo do pagamento pelo Autor da contribuição predial; da celebração pelo Autor do contrato de fornecimento de energia pela CEM; e ainda o comprovativo do pagamento pelo Autor da água, como Docs. 6, 7 e 8.

25. Acresce que, a posse destes documentos pelo Autor e agora pelos seus sucessores habilitados, permite concluir que foi indubitavelmente o Autor, na consciência de ser o único proprietário da Fracção, quem liquidou o empréstimo bancário concedido pelo Banco Weng Hang para pagamento do preço da aquisição da Fracção, e que foi o Autor (e agora os seus sucessores habilitados) quem tem vindo a pagar a contribuição predial e quem se sujeitou às obrigações pelo fornecimento de energia eléctrica e água relativa à Fracção, como o faz qualquer proprietário.

26. Por outro lado, não é igualmente razoável concluir que alguém que durante

mais de 20 anos suporta exclusivamente despesas de impostos, àgua, luz, reparações, recebe as rendas de uma fracção, se ocupa através dos seus familiares da sua conservação, sem o menor reparo, pedido ou reivindicação de outrém e designadamente do 1.º Réu, não tenha o animus de ser o seu exclusivo proprietário.

27. Até porque, recorde-se mais uma vez, os testemunhos produzidos em audiência confirmam por completo esta convicção.

28. Reitere-se por fim que os Réus que se logrou citar nada opuseram às pretensões do Autor, e os restantes, ou tinham falecido ou não foi possível encontrá-los.

29. Foi aliás por essa razão que o Autor referiu na sua petição inicial que não conseguiu contactar os Réus pois, a verdade é que estes ou haviam já falecido ou estavam incontactáveis.

30. Conjugando-se estes factos com a prova testemunhal, é legítimo concluir que, tal como afirmado na petição inicial, o Autor (e agora os seus sucessores) se comportaram e comportam como proprietários da Fracção – na sua totalidade e não de apenas metade – desde meados dos anos 90, de forma pública e sem oposição de ninguém.

31. Posto isto, se é verdade que o Juiz tem liberdade na apreciação da prova submetida a juízo, essa liberdade estará sempre limitada pela impossibilidade de se tomar uma decisão em clara contradição com a prova trazida aos Autos, especialmente quando, como no caso ora em discussão, é produzida prova documental e testemunhal que contraria a decisão relativa aos factos provados, violentando as regras retiradas da experiência.

32. Ora, foi precisamente o que aconteceu no caso *sub judice*, em que o Tribunal *a quo* decidiu arbitrariamente e não conforme ditavam as provas carreadas para os Autos, assim violando o disposto no art. 558.º do CPC.

33. E assim, a resposta aos factos 19.º a 24.º, 32.º e 42.º flagrantemente desconforme (e, portanto, incompatível) com a prova produzida, quer documental quer testemunhal, inquinou substancialmente o processo judicativo que levou ao indeferimento parcial da pretensão do Autor, e agora dos seus sucessores habilitados.

34. Torna-se, portanto, essencial que a prova produzida seja reapreciada na sua plenitude, de modo a que, nos termos do artigo 629.º n.º 1, al, a) e/ou b) do CPC, seja a alterada a resposta aos factos 19.º a 24.º, 32.º e 42.º este Douto Tribunal.

35. Assim, na modesta opinião dos Recorrentes, deverá ser dada a seguinte redacção aos factos 19.º a 24.º, 32.º e 42.º:

“19.º

***Provado que** Entretanto, em meados de 1992, o 1.º Réu decidiu ausentar-se definitivamente de Macau, pelo que, cedeu ao Autor a quota-parte da Fracção Autónoma que lhe pertencia.*

20.º

***Provado que,** em virtude de uma dívida que o 1.º Réu tinha para com o ora Autor, resultante de negócios no âmbito das suas respectivas actividades comerciais,*

21.º

***Provado que** o pagamento da cessão de metade indivisa da Fracção acabou por ser efectuado por compensação,*

22.º

***Provado que** ficou acordado entre ambos que o reembolso da quantia ainda em dívida por virtude do financiamento bancário concedido nos termos e para os efeitos referidos no facto 15.º supra, no montante de HKD212.400,00, seria, a partir dessa data, da exclusiva responsabilidade do Autor.*

23.º

***Provado que** em 13 de Setembro de 1997, o Autor procedeu, por si só, ao integral e efectivo reembolso do saldo do empréstimo bancário concedido pelo Banco Weng Hang, S.A.R.L. no montante de HKD212.400,00.*

24.º

***Provado que** tal é o que resulta da carta enviada em 15 de Setembro de 1997 pelo Banco Weng Hang, S.A.R.L. aos 2.º, 4.º e 6.º Réus para tal efeito.*

(...)

32.º

***Provado que** Foi também na convicção de ser proprietário da Fracção Autónoma que o Autor procedeu, a suas expensas, ao pagamento de todas as despesas devidas pelo uso e fruição da Fracção Autónoma, tais como a contribuição predial, as despesas como a electricidade e água.*

(...)

42.º

Provado que o Autor exerce a posse sobre a Fracção Autónoma pelo menos há mais de 22 anos,

III – O RECURSO SOBRE A SENTENÇA

36. Os Recorrentes não podem concordar com a decisão proferida pelo Douto Tribunal, na parte em que apenas reconhece a titularidade de metade indivisa da Fracção e não da sua totalidade, julgando que a mesma é a vários títulos ilegal.

A) Consequências da reapreciação da prova

37. Em primeiro lugar, bastaria dar-se como provado que o Autor ocupava ou autorizava a sua ocupação e se encarregava da sua administração fazendo o pagamento dos impostos, das reparações e restantes despesas relativas à Fracção com a convicção de ser titular da totalidade da Fracção para que a decisão ora em crise fosse diferente.

38. Isto porque, dando por provada toda actuação do Autor, a sentença em crise apenas questiona que a mesma tivesse sido levada a cabo com *animus* e *corpus* no que à metade indivisa prometida comprar pelo 1.º Réu diz respeito, contrariando o que vem alegado pelo Autor e confirmado pela prova testemunhal e documental.

39. Pelo que, é incompreensível a razão pela qual não ficou plasmado na resposta ao facto 32.º que *“foi na convicção de ser titular da fracção autónoma que B tratou do pagamento das despesas da fracção autónoma, tais como a contribuição predial e as despesas com a electricidade e água”*.

40. E caso assim tivesse sucedido, a verdade é que a única consequência possível a retirar da resposta ao facto 32.º da petição inicial seria a de que o Autor e agora os seus sucessores são os titulares da totalidade da Fracção tendo, por conseguinte, adquirido a mesma por usucapião.

41. Até porque no facto 38.º ficou provado que o Autor é reconhecido como dono e proprietário da Fracção pelos seus amigos e familiares.

42. Por outro lado, as respostas das testemunhas e a prova documental contendem igualmente com o facto de não se ter dado como provado o afirmado nos artigos 19.º a 24.º e 42.º da petição inicial.

43. Como alegado supra, a prova testemunhal comprovou à exaustão a parte essencial do que vinha alegado nesses artigos, i.e. (i) que em meados dos anos 90 o 1.º Réu cedeu a sua metade da Fracção ao Autor, e que por virtude de uma dívida resultante de negócios que estes mantinham em conjunto o pagamento foi feito por compensação; e (ii) que desde então o Autor (e agora os seus sucessores) vêm exercendo a sua posse sobre a totalidade da Fracção, comportando-se como seus proprietários.

44. Ademais, toda a restante prova documental corrobora as afirmações das testemunhas.

45. E, nunca será demais referir, que os Réus que se logrou citar, em momento algum intervieram no processo ou contrariaram os factos alegados pelo Autor.

46. E quanto aos restantes (não se ignorando o efeito não cominatório da falta de citação), a verdade é que estão ausentes, impossíveis de encontrar ou já faleceram, o que comprova que nenhum está preocupado com a manutenção e situação, nomeadamente fiscal, da Fracção, conduta que não é normal num proprietário.

47. Assim, apreciando-se correctamente a prova produzida, deverão dar-se por provados factos 19.º a 24.º e 42.º, que não o foram, e dado como provado o facto 32.º nos termos requeridos pelos Recorrentes.

48. E conseqüentemente, fica imediatamente comprovada a posse do Autor (e agora dos seus sucessores) e a conseqüente necessidade de substituir a decisão ora em crise por uma decisão que reponha a legalidade e a justiça, declarando os Habilitados do Autor como legítimos proprietários da totalidade da Fracção e não apenas de metade indivisa.

B) DA FALTA DE *CORPUS* E *ANIMUS* NA POSSE

49. Para além da errónea apreciação da prova a que se aludiu supra em A) e que levou a sentença recorrida a assentar num raciocínio que se tem por incorrecto, cumpre ainda referir que a sentença em apreço alude a preceitos legais que, na modesta opinião dos Recorrentes, não se aplicam ao presente caso.

50. Isto porque, o Tribunal *a quo* busca a inversão do título da posse, que não se alegou, olvida que a transmissão da posse da metade indivisa da Fracção anteriormente pertencente ao 1.º Réu ocorreu, por força de um negócio através do qual o Autor ficou com a

metade da Fracção prometida comprar pelo 1.º Réu, para pagamento de uma dívida.

51. Recorde-se que a validade ou não da transmissão é irrelevante, desde que tal transmissão seja susceptível de criar no adquirente a convicção de que a partir desse momento passa a ser titular da totalidade do bem transmitido.

52. E foi exactamente o que sucedeu, a partir do momento em que o 1.º Réu entregou ao Autor a sua metade da Fracção para pagamento de uma dívida para com ele, e este começou a comportar-se como seu proprietário, sendo por todos reconhecido como tal.

53. Assim, é natural que não se encontre um momento em que o Autor tivesse invertido o título da posse, uma vez que estava convicto que era proprietário, por acordo celebrado com o 1.º Réu nos anos 90, não havendo necessidade de se opor à posse do 1.º Réu, que já havia cessado.

54. Por outro lado, a exigência de prova de que houve inversão do título da posse coloca o Autor numa situação em que lhe é impossível provar o que alega, pois para tal é-lhe exigido igualmente que prove o que não alegou.

55. Com efeito, faz-se impender sobre o Autor o ónus de provar factos negativos (e.g. o de que não combinou com o 1.º Réu ficar a tomar conta da sua metade indivisa da Fracção, ou de que não celebrou acordos com o 1.º Réu com conteúdo diferente daquele que alegou) que se admitem como mera possibilidade virtual.

56. Em suma, sem contestação por parte do 1.º Réu, torna-se impossível provar as hipóteses que o Tribunal *a quo* levanta sem que as provas documentais ou testemunhais tenham sugerido qualquer dessas hipóteses.

57. Por outro lado, a sentença em crise retira conclusões com base no regime da compropriedade e da experiência comum que não se podem ter por aceitáveis.

58. Nomeadamente, de que um comproprietário estaria disposto a suportar todas as despesas relativas a uma fracção durante mais de 20 anos na suposta esperança de que um dia, o comproprietário cujo paradeiro se desconhece aparecesse e, nesse momento, exerceria o seu direito de regresso?!

59. Isto sem nunca pedir contas, sem intentar qualquer acção judicial para se fazer reembolsar do empréstimo que pagou nem para pagar das despesas em que incorreu, alegando ser proprietário da totalidade da Fracção publicamente e, sendo reconhecido por

todos os seus amigos e familiares como tal...

60. Em suma, na modesta opinião dos Recorrentes, a experiência comum ditaria que se retirasse conclusão diametralmente oposta à que a sentença recorrida retirou, i.e. de que o Autor (e agora os seus sucessores habilitados) têm o *animus* e o *corpus* de proprietários da totalidade da Fracção.

61. Ademais, certamente que não são estas situações que os preceitos legais citados na sentença ora recorrida a respeito compropriedade pretendem acautelar.

62. Pelo que, ao invés de se buscar a resposta para os presentes Autos nos artigos 1302.º e 1190.º do CC, devia ter-se encontrado a solução para o caso nas alíneas a) ou b) do artigo 1187.º do CC, pois que não só há prática reiterada de actos correspondentes ao exercício do direito de propriedade relativamente à totalidade da Fracção, como também houve tradição material da metade indivisa da Fracção do 1.º Réu para o Autor.

63. Por outro lado, recorde-se que da leitura do facto 32.º, tal como ficou provado, conclui-se que não é excluída a possibilidade de o Autor B ser titular da totalidade da Fracção, pois fica provado que tinha a convicção de ser titular de **pelo menos metade** (e não de apenas metade) da Fracção.

64. E isto sucede porque, ainda que não se sufragasse o entendimento propalado pelos Recorrentes a respeito da apreciação da prova – o que apenas se concede por mera cautela de patrocínio - a verdade é que nem a própria sentença em crise conseguiu concluir com certeza, que B (e os seus sucessores habilitados) agiam com convicção de serem apenas titulares de metade da Fracção.

65. Até porque, também não lhe é possível concluir em momento algum que os factos alegados pelo Autor não correspondem à verdade uma vez que o Tribunal *a quo*, não tem motivos para colocarem causa a honestidade das afirmações feitas pelas testemunhas.

66. E assim, não estando em causa a credibilidade das testemunhas, não se vê como poderá ser admissível que hipóteses meramente teóricas sustentem a não atribuição de *animus* ao Autor e aos seus sucessores.

67. Em resumo o Autor, e agora os seus sucessores ora Recorrentes:

(iv) actuam com a convicção de serem proprietários de pelo menos metade, não sendo possível excluir a possibilidade de actuarem com a convicção de serem proprietários

da totalidade da Fracção;

(v) praticam todos os actos que um proprietário pratica relativamente aos seus bens a respeito da totalidade da Fracção;

(vi) são reconhecidos pelos amigos e familiares como proprietários exclusivos da Fracção;

mas ainda assim, a seguir-se o entendimento vertido na sentença em crise, não há qualquer fundamento que permita concluir que sejam considerados proprietários exclusivos da Fracção.

68. Não é de todo razoável o entendimento do Tribunal *a quo*, que nem sequer protege o 1.º Réu como parece pretender fazer, pois a metade indivisa da Fracção manter-se-á na titularidade dos vendedores da Fracção de cuja venda já receberam a totalidade do preço em 21 de Junho de 1990

69. Por outro lado, deixa os Recorrentes numa posição impossível de clarificar pois que, a menos que o 1.º Réu tivesse contestado a acção, não se antevê como poderia então o Autor e agora os seus sucessores oferecer mais provas de que actuavam e actuam com convicção de serem proprietários da totalidade do imóvel.

70. Nem como provar que o 1.º Réu não teve condutas que o Autor não alegou que tenha tido, e que o Tribunal *a quo* architecta como mera possibilidade teórica de poderem ter ocorrido, em contradição com a prova testemunhal produzida nos Autos.

71. E assim, desvalorizado o acordo alegado pelo Autor para aquisição da metade indivisa da Fracção que pertencia ao 1.º Réu, desvalorizada a conduta do Autor e dos seus sucessores relativamente à totalidade da Fracção que se comportam como proprietários da mesa, e estando o 1.º Réu desaparecido, torna-se impossível inverter o título da posse e/ou provar que não houve acordos alternativos, e que não se alegaram.

72. Em conclusão, parece decorrer da fundamentação da sentença em crise é que os Recorrentes deverão ficar a cuidar da Fracção e a actuar como seus proprietários *ad aeternum*, sem que tal actuação venha alguma vez a ter o efeito de lhes ser reconhecida a posse da totalidade da Fracção e, conseqüentemente, a sua propriedade, cuja metade se manterá em nome do vendedor.

73. Ora, na modesta opinião dos Recorrentes, esta decisão é desrazoável e ilegal

e, na verdade, subsume os factos a preceitos legais errados, já que a aquisição da posse pelo Autor deveria ter sido enquadrada nas alíneas a) e b) do artigo 1187.º, não sendo portanto necessária a inversão do título da posse.

*

Corridos os vistos legais, cumpre decidir.

* * *

II - PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

Este Tribunal é o competente em razão da nacionalidade, matéria e hierarquia.

O processo é o próprio e não há nulidades.

As partes gozam de personalidade e capacidade judiciária e são dotadas de legitimidade “*ad causam*”.

Não há excepções ou questões prévias que obstem ao conhecimento do mérito da causa.

* * *

III – FACTOS ASSENTES:

A sentença recorrida deu por assente a seguinte factualidade:

- O prédio urbano sito em Macau, na Rua de Coelho do Amaral, nºs 1 a 1-R, Praça de Luís de Camões, nºs 17 a 29, e Rua do Patane, nºs 1 a 1-H de que faz parte a fracção autónoma designada por “AO5” do 5º andar “AO” (anteriormente denominada por “5º andar C” e ainda por “5º andar Oa”) encontra-se registado na Conservatória do Registo Predial de Macau sob a descrição n.º 152, a fls. 166v do livro B1, e a propriedade da fracção autónoma designada por “AO5” do 5º andar “AO” (adiante simplesmente designada por fracção autónoma) inscrita sob o n.º 4382, a fls. 45v do livro G86A a favor dos 2º, 4º e 6º

Réu, H, Q e J.

- A fracção autónoma encontra-se inscrita na matriz predial urbana também em nome dos referidos 2º, 4º e 6º Réus sob o n.º 71673, sendo o seu valor matricial MOP\$316.240,00.

- Em 3 de Junho de 1988, B e o 1º Réu, A, na qualidade de promitentes-compradores, celebraram com os 2º, 4º e 6º Réus, na qualidade de promitentes-vendedores, um contrato promessa de compra e venda, nos termos do qual os primeiros prometeram comprar e os segundos prometeram vender a fracção autónoma.

- As partes contratantes acordaram que o preço de venda da fracção autónoma seria de HK\$301.661,00.

- Em 3 de Junho de 1988, os 2º, 4º e 6º Réus receberam de B e do 1º Réu, a título de sinal e 1ª prestação, o montante de HK\$30.166,10.

- Ambas as partes acordaram que o remanescente do preço seria pago em mais quatro prestações, sendo as 2ª, 3ª e 4ª prestações no montante de HK\$15.083,05 cada, e a 5ª e última prestação no montante de HK\$226.245,75, a pagar no prazo de 7 dias a contar da data de emissão da licença de ocupação relativa à fracção autónoma.

- Foi acordado que a fracção autónoma seria entregue ao B e ao 1º Réu no prazo de 360 dias úteis a contar da data da aprovação pela DSSOPT do projecto definitivo da construção do prédio de que a fracção autónoma iria fazer parte.

- Até 15 de Agosto de 1989, B e o 1º Réu procederam ao pagamento aos 2º, 4º e 6º Réus das supra referidas 2ª, 3ª e 4ª prestações subsequentes ao sinal, no montante de HK\$15.083,05 cada.

- Tendo a última prestação sido efectuada em 21 de Junho de 1990, através de fundos obtidos pelos B e 1º Réu, através do empréstimo aos mesmos concedido pelo Banco Weng Hang, S.A.R.L..

- Contra o pagamento da totalidade do preço acordado, os 2º, 4º e 6º Réus, nessa mesma data em 21 de Junho de 1990, entregaram as chaves da fracção autónoma ao B e ao 1º Réu.

- A partir de 21 de Junho de 1990, B e o 1º Réu passaram a ocupar a fracção autónoma adquirida, com a convicção de serem os seus únicos legítimos e plenos proprietários.

- Em 13 de Setembro de 1997, o empréstimo concedido pelo Banco Weng Hang, S.A.R.L. ao B e o 1º Réu foi integralmente liquidado.

- Não foi estabelecida qualquer data para a celebração do contrato prometido.

- Foi na convicção de se ser, pelo menos, titular de metade indivisa do direito de propriedade da fracção autónoma que B tratou do pagamento das despesas da fracção autónoma, tais como a contribuição predial e as despesas com a electricidade e água.

- B era residente em Hong Kong e, desde pouco depois de 21 de Junho de 1990, pediu a um seu sobrinho para tomar conta da fracção autónoma entregando-lhe as chaves da mesma.

- Desde então, o sobrinho de B se deslocava à fracção autónoma, abrindo as janelas e promovendo a sua limpeza.

- O próprio B quando ocasionalmente vinha a Macau também se deslocava à fracção autónoma.

- Tendo ainda providenciado pela limpeza, reparação e manutenção da fracção autónoma, tratando nomeadamente ao longo dos anos das questões relacionadas com obras de manutenção da fracção autónoma.

- B nunca pagou quaisquer rendas pela ocupação da fracção autónoma que nunca julgou serem devidas.

- Sendo ainda B reconhecido como dono e proprietário da fracção autónoma

pelos seus amigos e familiares.

- De forma ininterrupta.
- Susceptível de ser conhecida por todos.
- Sem violência, nem oposição de ninguém.
- Com a consciência de não estar a lesar eventuais direitos de outrem.

* * *

IV – FUNDAMENTAÇÃO

Como o recurso tem por objecto a sentença proferida pelo Tribunal de 1ª instância, importa ver o que o Tribunal *a quo* decidiu. Este afirmou na sua douta decisão:

I – Relatório:

B, casado com **C**, no regime da separação de bens, de nacionalidade chinesa, residente em Hong Kong, XXX;

vieram intentar a presente

Acção Ordinária

Contra

1º - **A**, divorciado, ora ausente em parte incerta, e com última morada conhecida em Macau na XXX;

2º - **H** e sua mulher;

3ª - **P**, casados sob o regime supletivo da lei chinesa, ora ausentes em parte incerta;

4º - **Q** e sua mulher;

5ª - **K**, casados sob o regime supletivo da lei chinesa,

6º - **J** e sua mulher;

7ª - **I**, casados sob o regime supletivo da lei chinesa,, ausentes em parte incerta, com últimas moradas conhecidas em Macau na XXX;

com os fundamentos apresentados constantes da petição inicial de fls 2 a 7v.

Concluiu pedindo que fosse julgada procedente a presente acção e o Autor fosse declarado proprietário da fracção autónoma “AO5”, 5º andar “AO”, para habitação, do prédio urbano sito em Macau na Rua de Coelho do Amaral, nºs 1 a 1-R, Praça de Luís de Camões, nºs 17 a 29, e Rua do Patane, nºs 1 a 1-H, descrito na Conservatória do Registo Predial de Macau sob o nº 152, a fls. 166v do Livro B1, e inscrita na matriz sob o nº 4382, a fls. 45v do livro G86A a favor de H, Q e J, por o ter adquirido por usucapião.

*

Citada pessoalmente a 5ª Ré, K, esta não veio contestar.

*

Face ao falecimento do 4º Réu, Q, em 20 de Março de 2003, por decisão de 11 de Dezembro de 2015, proferida a fls. 37 nos autos de habilitação apensos aos presentes autos, foram habilitados para, em lugar do citado 4º Réu, prosseguirem a acção principal:

- K;
- L; e
- M.

Citados pessoalmente os habilitados L e M, estes não vieram contestar.

*

Face ao falecimento do 6º Réu, J, em 23 de Junho de 2009, por decisão de 20 de Março de 2017, proferida a fls. 132, foram habilitados para, em lugar do citado 6º Réu, prosseguirem a acção principal **os sucessores incertos de J**.

Citados editalmente os habilitados os sucessores incertos de J, estes não vieram contestar.

Procedeu-se à citação do Ministério Público em representação dos sucessores incertos de J nos termos do artigo 51º do CPC, não tendo sido apresentada qualquer contestação.

*

Procedeu-se à citação edital dos 1º Réu a 3ª Ré e 7ª Ré, os mesmos não vieram contestar.

Procedeu-se à citação do Ministério Público em representação desses Réus nos termos do artigo 51º do CPC, não tendo sido apresentada qualquer contestação.

*

Face ao falecimento do Autor, **B**, em 7 de Fevereiro de 2017, por decisão de 11 de Maio de 2018, proferida a fls. 206 dos autos, foram habilitados para, em lugar do citado Autor, prosseguirem a acção:

- **C**;
- **D**;
- **E**;
- **F**; e
- **G**.

*

Este Tribunal é o competente em razão da matéria e da hierarquia.

As partes são dotadas de personalidade e capacidade judiciária.

O processo é o próprio.

Inexistem nulidades, excepções ou outras questões prévias que obstem à apreciação "*de meritis*".

*

Procedeu-se a julgamento com observância do devido formalismo.

II – Factos:

Dos autos resulta assente a seguinte factualidade com interesse para a decisão da causa:

(...)

III – Fundamentos:

Cumprе analisar a matéria que vem alegada, os factos provados e aplicar o direito.

Pediu B que lhe fosse reconhecida a aquisição originária da fracção autónoma acima referida, objecto da presente acção, por meio de usucapião.

Para fundamentar a sua pretensão, alegou B, falecido em 4 de Fevereiro de 2017, marido e pai dos habilitados, **C, D, E, F e G**, que os 2º, 4º e 6º Réus, em 3 de Junho de 1988, venderam, através de um contrato-promessa de compra e venda, a fracção autónoma "AO5" a que se referem os presentes autos a si e ao 1º Réu, **A**, pelo preço de HK\$301.661,00; que, juntamente com o 1º Réus, pagou aos 2º, 4º e 6º Réus o preço, em cinco prestações, tendo a quantia relativa à última prestação

sido obtida mediante empréstimo bancário contraído por si e o 1º Réu; que, em 21 de Junho de 1990, data em que a última prestação foi paga, a fracção autónoma foi entregue a si e o 1º Réu pelos 2º, 4º e 6º Réus; que, desde então, os promitentes-compradores passaram a ocupar e a fruir a fracção autónoma com a convicção de serem os seus únicos legítimos e plenos titulares; que, em meados de 1992, o 1º Réu vendeu a si quota-parte sobre a mesma fracção autónoma que lhe pertencia pelo preço de HK\$200.000,00 ficando B com a obrigação de pagar o remanescente do empréstimo bancário contraído para a aquisição do imóvel; que, em 13 de Setembro de 1997, B liquidou integralmente o empréstimo bancário; que B não conseguiu localizar nenhum dos 2º, 4º e 6º Réus para celebrar a escritura de compra e venda; que B, apesar disso, desde 1990 e relativamente à totalidade da fracção autónoma desde meados de 1992, suportou todas as despesas, incluindo, contribuição predial, electricidade e água; que, por ser residente de Hong Kong, B incumbiu o seu sobrinho para se deslocar regularmente à fracção autónoma, abrindo as janelas e promovendo a sua limpeza; que as despesas da limpeza, reparação e manutenção da fracção autónoma foram pagas por si; que nunca pagou quaisquer rendas pela fracção por não julgar serem devidas à vista de todos, pacificamente, sem oposição de ninguém e sem recurso à violência e coacção, moral ou física, e sem oposição de terceiros e ignorando lesar direitos de terceiros; e que era reconhecido como dono da fracção autónoma.

*

“Posse é o poder que se manifesta quando alguém actual por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real.” – artigo 1175º do CC.

Conforme Álvaro Moreira e Carlos Fraga, *in Direitos Reais*, Livraria Almedina, Coimbra, pgs 181, 189 a 190, *“Dos artºs 1251º e 1253º do CC (a que correspondem aos artigos 1175º e 1177º do CC de Macau), verifica-se que a posse exige o “corpus” e o “animus” identificando-se o corpus “... como os actos materiais praticados sobre a coisa, com o exercício de certos poderes sobre a coisa” e traduzindo o animus “... na intenção de se comportar como titular do direito real correspondente aos actos praticados.”.*

Dos factos provados, vê-se que, desde 21 de Junho de 1990, data em que a fracção autónoma foi entregue a B e o 1º Réu, estes começaram a actuar como proprietários da fracção autónoma. Nada indica que o 1º Réu continuou a praticar tais actos. Já quanto a B, está demonstrado que o mesmo continuou a assim actuar até 4 de Fevereiro de 2017, data em que faleceu. Analisados

os actos, não se vislumbra grande diferença entre estes e os que um proprietário praticaria. Verifica-se, portanto, o *corpus possidendi* na pessoa de B durante esse período.

Está provado que B tinha a convicção de estar a actuar como proprietário de, pelo menos, metade indivisa da fracção autónoma. Conclui-se também pela verificação do *animus possidendi* também na pessoa de B relativamente a metade indivisa do imóvel.

Assente que B exercia sobre metade indivisa da fracção autónoma poderes em tudo semelhante aos de um proprietário do imóvel com a convicção de o ser, deve considerá-lo como possuidor de metade indivisa da fracção autónoma até 7 de Fevereiro de 2017. Pois, estão presentes quer o *corpus* quer o *animus possidendi*.

*

Não assim entendem os habilitados de B, pois, nas suas alegações de direito, sustentam o seguinte:

- devia ter sido dado como demonstrado que B pagara o remanescente do empréstimo bancário porque detinha os originais dos documentos comprovativos do pagamento;
- devia ter-se em conta a ausência do 1º Réu em Macau e a não contestação da presente acção como facto demonstrativo da sua falta de pretensão pela fracção autónoma;
- devia considerar que o pagamento do remanescente do empréstimo bancário e a falta de pretensão por parte do 1º Réu pela fracção autónoma em articulação com o pagamento de todas as despesas relativas à fracção e o não pagamento de qualquer renda pela ocupação da fracção por parte de B e o reconhecimento deste como dono e proprietário da fracção autónoma pelos seus amigos e familiares, como suficiente para considerar B como possuidor da totalidade da fracção autónoma.

*

Porém, não é esse o entendimento deste tribunal como foi já referido. No que concerne ao pagamento do remanescente empréstimo bancário, o tribunal, aquando da decisão sobre a matéria de facto, teve o ensejo de dar a conhecer a sua posição quanto a este facto bem como o seu fundamento. Aliás, sendo B um dos mutuários, nenhum especial valor se pode retirar a partir da detenção dos documentos relativos ao pagamento.

*

Quanto à falta de pretensão por parte do 1º Réu, há que ter em conta, antes de mais, que

a falta de contestação não tem efeito cominatório nos presentes autos porque alguns dos Réus foram citados editalmente – artigo 406º, b), do CPC.

A isso acresce que o que carece aqui apurar é se B tinha *corpus* e *animus possidendi* sobre toda a fracção autónoma, porque a sua pretensão se funda na posse que alegou ter sendo a eventual pretensão do 1º Réu (se não estiver acompanhado de actos de contestação da alegada posse de B) ou até dos demais Réus irrelevante se vier a demonstrar-se o alegado por B.

*

Finalmente, mesmo que se considere demonstrado que B pagou o remanescente empréstimo como defendem os habilitados deste, ainda assim, este facto em articulação com a demais matéria provada não permite que o tribunal ir além do que entendeu mais acima. É que, o pagamento de remanescente empréstimo podia resultar de qualquer acordo estabelecido entre os mutuantes. Além disso, esse facto, por si, não demonstra a posse. Trata-se tão-só um facto instrumental da alegada venda da quota-parte pertencente ao 1º Réu a B que não foi dado como demonstrada pelas razões elencadas na decisão proferida a fls 266 a 270v.

*

Carecendo o facto acima referido a relevância que os habilitados pretendem atribuir-lhe, resta analisar os factos efectivamente dados como provados relativos ao gozo da fracção autónoma, às reparações e ao pagamento das despesas da mesma e ao reconhecimento de B como proprietário da mesma, para se aquilatar se a conclusão de que a posse de B incidia apenas sobre metade da fracção autónoma pode ser mantida.

Conforme os demais factos assentes, B passou a ocupar a fracção autónoma porque tinha prometido comprá-la juntamente com o 1º Réu. Nada indica que os promitentes-compradores convencionaram a quota-parte pertencente a cada um deles.

Nos termos do artigo 1299º, nº 2, do CC, “*Os direitos dos consortes u comproprietários sobre a coisa comum são qualitativamente iguais, embora possam ser quantitativamente diferentes; as quotas presumem-se, todavia, quantitativamente iguais na falta de indicação em contrário do título constitutivo.*”

Por sua vez, dispõe o artigo 1300º do CC que “*As regras da compropriedade são aplicáveis, com as necessárias adaptações, à comunhão de quaisquer outros direitos, sem prejuízo do disposto especialmente para cada um deles.*”

Por força dessas regras, presume-se que B prometera comprar metade da fracção autónoma razão por que a posse deste, fundada na promessa de compra e nos actos praticados na sequência deste negócio, podia apenas incidir sobre metade da fracção autónoma e permitia levar tão-só à aquisição de metade do respectivo direito de propriedade.

*

Perspectivando assim a situação de B, do uso da fracção autónoma acima referido não se retira necessariamente a intenção de se comportar como titular da totalidade da fracção autónoma.

Senão, vejamos.

Estipula o artigo 1299º do CC que “*1. Existe propriedade em comum, ou compropriedade, quando duas ou mais pessoas são simultaneamente titulares do direito de propriedade sobre a mesma coisa. 2. Os direitos dos consortes ou comproprietários sobre a coisa comum são qualitativamente iguais, embora possam ser quantitativamente diferentes; ...* (sublinhado nosso).

Segundo o artigo 1302º do CC “*1. Na falta de regulamento sobre o uso da coisa comum, a qualquer dos comproprietários é lícito servir-se dela, contanto que a não empregue para fim diferente daquele a que a coisa se destina e não prive os outros consortes do uso a que igualmente têm direito. 2. O uso da coisa por um dos comproprietários não constitui posse exclusiva ou pose da quota superior à dele, salvo se tiver havido inversão do título. (sublinhado nosso).*

Decorre das normas acima transcritas que é a própria lei que exclui a possibilidade de o uso que B teve do imóvel ser qualificado como posse sobre a totalidade do bem, salvo quando se prove a inversão do título da posse.

Na verdade, isto não pode deixar de ser assim face ao regime legal da compropriedade. Podendo o comproprietário fazer o uso de toda a coisa e não apenas de uma parte especificada da mesma, tão-só com a regra estipulada no artigo 1302º, nº 2, do CC é que se evita que os comproprietários que, por qualquer razão, não usem o bem durante certo lapso de tempo veêm o seu direito extinto por força da posse e conseqüente usucapião do seu direito pelo comproprietário que use a coisa.

Ora, retomando os factos assentes, não se excogita qualquer acto que possa traduzir numa inversão do título da posse da qual decorre que a posse exercida por B tenha passado a incidir sobre a totalidade do imóvel.

*

Nem as reparações e pagamentos feitos por B permite o efeito pretendido pelos habilitados deste.

Dispõe o artigo 1304º, nº 1, do CC que *“Na falta de regras especiais constantes do regulamento sobre administração da compropriedade, esta cabe a todos os comproprietários, os quais têm poderes para praticarem individualmente actos necessários à conservação da coisa e conjuntamente os demais actos de administração.”* (sublinhado nosso).

A isso acresce o disposto no artigo 1305º, b), do CC segundo o qual *“Ainda qua para a administração em geral, ou para determinada categoria de actos, seja exigido o assentimento de todos os consortes, ou da maioria deles, a qualquer dos comproprietários é sempre lícito: praticar os actos urgentes de administração destinados a evitar um dano iminente.”* (sublinhado nosso).

Ora, dessas normas vê-se que da prática dos citados actos não se pode retirar que havia um entendimento por parte de B de que estava a actuar como proprietário da totalidade do imóvel. Pois, tanto a lei como a experiência diz-nos que é possível que um comproprietário pratique tais actos individualmente sem qualquer convencimento de que todo o bem lhe pertence. De facto, assim acontece com frequência assistindo apenas ao comproprietário que suporta as despesas respectivas o direito de regresso contra os demais comproprietários (cfr. artigo 1301º, nº 1, do CC).

Pelo que, conclui-se que tais actos não consubstanciam actos possessórios em relação à metade indivisa pertencente aos 2º, 4º e 6º Réus, prometida comprar pelo 1º Réu, por desses actos não resultam o referido *“corpus”* e o *“animus”* sobre esta parte.

*

Assim, é destituído de qualquer consequência o reconhecimento de B como proprietário da fracção autónoma por parte dos amigos e familiares desacompanhado de actos possessórios sobre a totalidade deste bem. Com efeito, a pretensão em questão só procede se se demonstrar a posse como foi já salientado.

*

Assente que B exercia a posse sobre metade indivisa da fracção autónoma, carece, ainda, aquilatar se, como e quando o mesmo adquiriu a posse que aparentava ter. É que, só se pode afirmar que alguém é possuidor depois de este mesmo adquirir a respectiva posse. A isso acresce que só depois de adquirida a posse, com determinadas características, é que se inicia a contagem do prazo necessário da usucapião almejada por B.

Nos termos do artigo 1187º, a), do CC, “*A posse adquire-se pela prática reiterada, com publicidade, dos actos materiais correspondentes ao exercício do direito.*” (sublinhado nosso).

Dos factos provados, vê-se que B e o 1º Réu passaram a ocupar e a fruir como proprietários depois de o adquirir a 2º, 4º e 6º Réus em 21 de Junho de 1990; que B começou a praticar os actos acima elencados assumindo-se como titular, de pelo menos, de metade indivisa do direito proprietário do imóvel.

Conforme Oliveira Ascensão, *Direitos Reais*, Centro de Estudos de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa-1971, pg 240 a 241, “*É então necessário que se pratiquem actos de intensidade suficiente para se afirmar que o sujeito colocou a coisa debaixo do seu poder. ... É pois natural que a investidura exija uma intensidade maior que o mero protrair da situação constituída. Di-lo claramente o artº 1263º, a)* (o correspondente ao artigo 1187º, a), do CC de Macau), *ao prever entre as causas de aquisição da posse a prática reiterada dos actos materiais correspondentes ao exercício do direito. Em todo o caso, supomos que essa prática reiterada se refere mais à intensidade que à duração: se alguém subtrai um anel e o põe no bolso ou encontra um fóssil e o guarda em casa, consumou-se tudo o que era necessário para o apossamento.*”

Tendo em conta esses ensinamentos, não restam dúvidas de que a exigida prática reiterada, consubstanciada na intensidade dos actos materiais praticados por B ocorreu desde o primeiro momento em que este prometeu comprar metade do imóvel e passou a ocupá-lo.

No que se refere ao requisito da publicidade, ficou assente que B esteve sempre convicto de ser o titular de, pelo menos, metade indivisa do direito proprietário do imóvel, ocupando a fracção autónoma e providenciado pela limpeza, reparação e manutenção da fracção autónoma, tratando nomeadamente ao longo dos anos das questões relacionadas com obras de manutenção da fracção autónoma, de forma ininterrupta, susceptível de ser conhecida por todos, sem violência, nem oposição de ninguém e com consciência de não estar a lesar direito de outrem.

Segundo António Menezes Cordeiro, *Direitos Reais*, II Volume, Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, Imprensa Nacional-Casa de Moeda, 1979, pg 664, “*O termo ‘publicidade’ tem, contudo, de ser tomado com cuidado. Deduzimos do artigo 1267º, nº 2,* (o correspondente ao artigo 1192º, nº 2, do CC de Macau), *que a posse se pode constituir ocultamente, em relação à comunidade social: deve ser conhecida apenas pelo possuidor anterior, prejudicado pela nova posse. Pensamos, por isso, que a publicidade é, aqui, o conhecimento*

da situação por parte dos interessados.”

Ora, tendo B praticado os actos acima referidos sobre o imóvel, actos facilmente observáveis visto tratarem-se de actos exercidos sobre algo que não podiam ser escondidos, mais de 26 anos, conclui-se que os actos eram públicos também em relação ao anterior possuidor que pode ser os proprietários registados do imóvel os 2º, 4º e 6º Réus ou até o próprio 1º Réu, um dos promitente-compradores da fracção autónoma.

Assim, pode-se concluir que B adquiriu a posse sobre metade indivisa da fracção autónoma pela via referida no artigo 1187º, nº 1, a) do CC em 21 de Julho de 1990 tendo a sua posse sobre o imóvel perdurado, pelo menos, 26 anos quando ocorreu a morte.

*

Uma vez que a presente acção foi intentada por B entretanto, falecido em 7 de Fevereiro de 2017, e que **C, D, E, F e G**, respectivamente cônjuge sobrevivente e filhos de B, únicos herdeiros deste, foram habilitados a prosseguir a presente acção em lugar do falecido, por despacho de 11 de Maio de 2018, urge agora analisar se os habilitados reúnem as condições legais para o efeito.

Dispõe o artigo 1179º do CC que *“Por morte do possuidor, a posse continua nos seus sucessores desde o momento da morte, independentemente da apreensão material da coisa.”*

Ora, por força dessa norma, os habilitados de B, por serem os únicos herdeiros deste, passaram a ser os possuidores do imóvel, independentemente de qualquer apreensão material, sendo a posse destes mera continuação da posse de B.

Da análise acima feita vê-se que B adquiriu a posse sobre o imóvel em 21 de Julho de 1990. Assim, a posse dos habilitados também iniciou em 21 de Julho de 1990 e durou 26 anos.

*

Nos termos do artigo 1221º, do CC, *“Não havendo registo do título nem da mera posse, a usucapião só pode dar-se no termo de 15 anos, se a posse for de boa fé, e de 20 anos, se for de má fé, independentemente do carácter titulado ou não da posse.”*

Tendo em conta os factos assentes, pode-se concluir que a posse dos habilitados, por via do seu marido e pai, é pacífica e pública – cfr. artigos 1185º e 1186º do CC.

Por B ter apenas prometido comprar metade do imóvel, a posse deste não é titulada e, como tal, presumidamente de má fé – cfr. artigos 1183º e 1184º do CC. Também o é a posse dos habilitados, por via do seu marido e pai, B.

Conjugando todo o expendido, a usucapião metade do imóvel pode dar-se depois de os habilitados possuí-lo por 20 anos.

*

Nestes termos, é de julgar parcialmente procedente o pedido formulado declarando os habilitados proprietários de metade indivisa da fracção autónoma “AO5”, 5º andar “AO”, para habitação, do prédio urbano sito em Macau na Rua de Coelho do Amaral, nºs 1 a 1-R, Praça de Luís de Camões, nºs 17 a 29, e Rua do Patane, nºs 1 a 1-H, descrito na Conservatória do Registo Predial de Macau sob o nº 152, a fls. 166v do Livro B1, por o ter adquirido por usucapião.

IV – Decisão (裁決):

Em face de todo o que fica exposto e justificado, o Tribunal julga parcialmente procedente a acção e, em consequência:

1. Declarar os Habilitados, **C, D, E, F e G**, proprietários de metade indivisa da fracção autónoma “AO5”, 5º andar “AO”, para habitação, do prédio urbano sito em Macau na Rua de Coelho do Amaral, nºs 1 a 1-R, Praça de Luis de Camões, nºs 17 a 29, e Rua do Patane, nºs 1 a 1-H, descrito na Conservatória do Registo Predial de Macau sob o nº 152, a fls. 166v do Livro B1, onde se encontra registado em nome dos 2º, 4º e 6º Réus, **H, Q e J**, conforme inscrição nº 4382, lavrada a fls 45v do livro G86A;

2. Absolver os Réus da restante parte do pedido.

Custas pelos Habilitados.

Notifique e Registe.

*

據上論結，本法庭裁定訴訟理由部份成立，判決如下：

1. 宣告繼受人 **C、D、E、F 及 G** 成為標示於物業登記局 152 號 B1 簿冊第 166 背頁，業權人登錄編號 4382 號 G86A 簿冊第 45 背頁，業權人為第 2、4 及 6 被告 **H、Q 及 J**，位於澳門連勝街 1 至 1R 號、白鴿巢前地 17 至 29 號及沙梨頭街（石牆街）1 至 1H 號之建築物 5 樓 AO “AO5”，居住用途，獨立單位的二分之一份額之所有人；

2. 駁回針對被告提出的其他請求，開釋各被告。

訴訟費用由繼受人承擔。

依法作出通知及登錄本判決。

* * *

Quid Juris?

O Autor veio a impugnar a matéria de facto, ou seja, atacando as respostas dadas pelo Colectivo sobre as respostas dos quesitos 19º a 24º, 32º e 42º, que receberam RESPOSTAS NEGATIVAS após audiência de julgamento.

A propósito da impugnação da matéria de facto, o legislador fixa um regime especial, constante do artigo 599º (Ónus do recorrente que impugne a decisão de facto) do CPC, que tem o seguinte teor:

1. Quando impugne a decisão de facto, cabe ao recorrente especificar, sob pena de rejeição do recurso:

a) **Quais os concretos pontos da matéria de facto que considera incorrectamente julgados;**

b) **Quais os concretos meios probatórios, constantes do processo ou de registo nele realizado, que impunham, sobre esses pontos da matéria de facto, decisão diversa da recorrida.**

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior, quando os meios probatórios invocados como fundamento do erro na apreciação da prova tenham sido gravados, incumbe ainda ao recorrente, sob pena de rejeição do recurso, indicar as passagens da gravação em que se funda.

3. Na hipótese prevista no número anterior, e sem prejuízo dos poderes de investigação oficiosa do tribunal, incumbe à parte contrária indicar, na contra-alegação que apresente, as passagens da gravação que infirmem as conclusões do recorrente.

4. O disposto nos n.os 1 e 2 é aplicável ao caso de o recorrido pretender alargar o âmbito do recurso, nos termos do n.º 2 do artigo 590.º

Ora, a especificação dos concretos pontos de facto que se pretendem questionar com as conclusões sobre a decisão a proferir nesse domínio delimitam o objecto do recurso sobre a impugnação da decisão de facto. Por sua vez, a especificação dos concretos meios probatórios convocados, bem como a indicação exacta das passagens da gravação dos depoimentos que se pretendem ver analisados, além de constituírem uma condição essencial para o exercício esclarecido do contraditório, servem sobretudo de base para a reapreciação do Tribunal de recurso, ainda que a este incumba o poder inquisitório de tomar em consideração toda a prova produzida relevante para tal reapreciação, como decorre hoje, claramente, do preceituado no artigo 629º do CPC.

É, pois, em vista dessa função delimitadora que a lei comina a inobservância daqueles requisitos de impugnação da decisão de facto com a sanção máxima da rejeição imediata do recurso, ou seja, sem possibilidade de suprimento, na parte afectada, nos termos do artigo 599º/2 do CPC.

*

No que respeita aos critérios da valoração probatória, nunca é demais sublinhar que se trata de um raciocínio problemático, argumentativamente fundado no húmus da razão prática, a desenvolver mediante análise crítica dos dados de facto veiculados pela actividade instrutória, em regra, por via de inferências indutivas ou analógicas pautadas pelas regras da experiência colhidas da normalidade social, que não pelo mero convencimento íntimo do julgador, não podendo a intuição deixar de passar pelo crivo de uma razoabilidade persuasiva e susceptível de objectivação, o que não exclui, de todo, a interferência de factores de índole intuitiva, compreensíveis ainda que

porventura inexprimíveis. Ponto é que a motivação se norteie pelo *princípio da completude racional*, de forma a esconjurar o arbítrio¹.

É, pois, nessa linha que se deve aferir a razoabilidade dos juízos de prova especificamente impugnados, mediante a análise crítica do material probatório constante dos autos, incluindo as gravações ou transcrições dos depoimentos, tendo em conta o respectivo teor, o seu nicho contextual histórico-narrativo, bem como as razões de ciência e a credibilidade dos testemunhos. Só assim se poderá satisfazer o critério da prudente convicção do julgador na apreciação da prova livre, em conformidade com o disposto, designadamente no artigo 390º do CCM, em conjugação com o artigo 558º do CPC, com vista a obter uma decisão que se possa ter por justa e legítima.

Será com base na convicção desse modo formada pelo Tribunal de recurso que se concluirá ou não pelo acerto ou erro da decisão recorrida.

*

Passemos a ver a matéria de facto impugnada.

Os factos alegados, com interesse para a decisão da causa, têm o seguinte teor:

19.

Entretanto, em meados de 1992, o 1.º Réu decidiu ausentar-se definitivamente de Macau, pelo que, por documento particular que, infelizmente, se extraviou, vendeu ao Autor a quota-parte da Fracção Autónoma que lhe pertencia, pelo preço de HKD200.000,00 (duzentas mil Dólares de Hong Kong), tendo-lhe também, nessa data, entregue os duplicados das chaves que tinha na sua posse.

20.

¹ Sobre o princípio da completude da motivação da decisão judicial ditado, pela necessidade da justificação cabal das razões em que se funda, com função legitimadora do poder judicial, vide acórdão do STJ, de 17-01-2012, relatado pelo Exm.º Juiz Cons. Gabriel Catarino, no processo n.º 1876/06.3TBGDM.P1 .S1, disponível na Internet – <http://www.dgsi.pt/jstj>

Sucedo no entanto que, em virtude de uma dívida que o 1.º Réu tinha para com o ora Autor, no montante de HKD 900.000,00, resultante de prejuízos sofridos pelo 1.º Réu numa obra de construção civil em que ambos tinham participado no âmbito das suas respectivas actividades comerciais,

21.

o pagamento do supra referido montante de HKD200.000,00 acabou por ser efectuado por compensação,

22.

tendo ainda ficado acordado entre ambos que o reembolso da quantia ainda em dívida por virtude do financiamento bancário concedido nos termos e para os efeitos referidos no artigo 15.º supra, no montante de HKD212.400,00, seria, a partir dessa data, da exclusiva responsabilidade do Autor.

23.

Assim, em 13 de Setembro de 1997, o Autor procedeu, por si só, ao integral efectivo reembolso do saldo do empréstimo bancário concedido pelo Banco Weng Hang, S.A.R.L. no montante de HKD212.400,00.

24.

Na verdade, tal é o que resulta da carta enviada em 15 de Setembro de 1997 pelo Banco Weng Hang, S.A.R.L. aos 2.º, 4.º e 6.º Réus, e em que o Autor e o 1.º Réu figuram como compradores da Fracção Autónoma, no qual se refere que o empréstimo concedido para o efeito foi integralmente liquidado (vide Doc. nº 5 que ora se junta em anexo e cujo teor se dá por integralmente reproduzido).

(...)

32.

Foi também na convicção de ser proprietário da Fracção Autónoma que o Autor procedeu, a suas expensas, ao pagamento de todas as despesas devidas pelo uso e fruição da Fracção Autónoma, tais como a contribuição predial, as despesas com a electricidade e água, conforme se comprova pelos Docs.n.ºs 6, 7 e 8 que ora se juntam, a título meramente exemplificativo, e se dão por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

42.

Em suma, o Autor exerce a posse sobre a Fracção Autónoma **pelo menos há mais de 22 anos,**

Ao decidir estes factos, o Tribunal recorrido afirmou:

Porém, não considerou demonstrados os factos relativos à cessão da quota-parte pertencente ao 1º Réu a B porque apenas as duas primeiras testemunhas, sobrinho e mulher do sobrinho de B, fizeram referência à cessão ocorrida pouco depois da promessa de compra de que tiveram conhecimento a partir do que lhes contara o próprio B e nada mais dos autos permite concluir pelo alegado por B.

Com efeito, os únicos documentos relacionados com a fracção autónoma em que consta apenas o nome de B são os juntos a fls 30 e 31, respectivamente cópias do novo contrato de fornecimento de energia eléctrica e da factura da água consumida, datados de 15 e 16 de Maio de 2014, respectivamente. É manifesto que esses documentos não demonstram eventuais actos de posse exclusiva antes de Maio de 2014.

Semelhante observação pode ser feita quanto à cópia do contrato de arrendamento junto a fls 221 datado de 31 de Maio de 2017.

Mesmo que se considere que a cópia da caderneta bancária pertencente a B junta a fls 226 a 227 suficiente para demonstrar o arrendamento da fracção autónoma apenas em seu nome, só se pode dar como provado que o arrendamento em seu nome exclusivo teve lugar a partir de Dezembro de 2014.

Uma vez que os documentos juntos para demonstrar o pagamento integral do empréstimo não provam que foi B quem pagou o remanescente da dívida a partir de 1992, também por aí não se consegue considerar provado o alegado pelo mesmo.

Da articulação dos demais documentos juntos aos autos, das diligências ordenadas pelo tribunal e das declarações das duas primeiras testemunhas que, declararam que foi por incumbência de B que tinham começado a tomar conta da fracção autónoma desde pouco tempo depois da promessa de compra, também não se retira que B passou, a partir de 1992, a comportar-se como proprietário exclusivo da fracção autónoma.

É que, sendo B um dos dois promitentes-compradores, o mesmo podia tratar dos assuntos da fracção autónoma incumbindo alguém para o fazer, como acontece com qualquer comproprietário. Aliás, nada permite excluir que o 1º Réu tivesse pedido a B para cuidar do imóvel e que estes tivessem tratado dos assuntos do imóvel em Hong Kong.

Idêntica observação se faz em relação à falta de registo da entrada em Macau do 1º Réu. É que, sendo o mesmo titular do bilhete de identidade de Hong Kong e nada indicando que o mesmo é também titular de bilhete de identidade de Macau, a falta de registo de entrada não pode ser considerada prova suficiente para a alegada decisão de

ausência definitiva de Macau e, mais relevantemente, da cessão da quota-parte pertencente ao 1º Réu a B.

Apesar de não se considerar demonstrada a cessão, facto gerador da convicção de se ser proprietário de toda a fracção autónoma e não apenas de metade indivisa, e consequentemente esta convicção, o tribunal não conseguiu excluir a hipótese de ter efectivamente havido tal cessão que fundamentou a alegada convicção. Daí que, na resposta dada sobre a convicção de B, entendeu que o mesmo praticara os actos por si alegados sobre a fracção autónoma com a convicção de que era, pelo menos, titular de metade indivisa do direito de propriedade da fracção autónoma.

Por outra banda, por as duas primeiras testemunhas terem referido que consideravam B como titular exclusivo do mesmo direito, com base no que este último lhes contara e as duas últimas testemunhas terem dito que lhes fora dito que a fracção autónoma pertencia a B sem referência à existência de mais titulares, o tribunal deu como provado que, na perspectiva dos seus amigos e familiares, B era o proprietário da fracção autónoma.

Terá razão?

No que respeita aos critérios da valoração probatória, nunca é demais sublinhar que se trata de um raciocínio problemático, argumentativamente fundado no húmus da razão prática, a desenvolver mediante análise crítica dos dados de facto veiculados pela actividade instrutória, em regra, por via de inferências indutivas ou analógicas pautadas pelas regras da experiência colhidas da normalidade social, que não pelo mero convencimento íntimo do julgador, não podendo a intuição deixar de passar pelo crivo de uma razoabilidade persuasiva e susceptível de objectivação, o que não exclui, de todo, a interferência de factores de índole intuitiva, compreensíveis ainda que porventura inexprimíveis. Ponto é que a motivação se norteie pelo *princípio da completude racional*, de forma a esconjurar o arbítrio².

² Sobre o princípio da completude da motivação da decisão judicial ditado, pela necessidade da justificação cabal das razões em que se funda, com função legitimadora do poder judicial, vide acórdão do STJ, de 17-01-2012, relatado pelo Exm.º Juiz Cons. Gabriel Catarino, no processo n.º 1876/06.3TBGDM.P1 .S1, disponível na Internet –

É, pois, nessa linha que se deve aferir a razoabilidade dos juízos de prova especificamente impugnados, mediante a análise crítica do material probatório constante dos autos, incluindo as gravações ou transcrições dos depoimentos, tendo em conta o respectivo teor, o seu nicho contextual histórico-narrativo, bem como as razões de ciência e a credibilidade dos testemunhos. Só assim se poderá satisfazer o critério da prudente convicção do julgador na apreciação da prova livre, em conformidade com o disposto, designadamente no artigo 390º do CCM, em conjugação com o artigo 558º do CPC, com vista a obter uma decisão que se possa ter por justa e legítima.

Será com base na convicção desse modo formada pelo Tribunal de recurso que se concluirá ou não pelo acerto ou erro da decisão recorrida.

Ora, no âmbito de reapreciação da decisão de facto, importa ter presente que, em conformidade com o regime de recursos aplicável, não cabe ao Tribunal *ad quem* proceder a um novo julgamento latitudinário da causa, mas apenas sindicar os invocados erros de julgamento da 1.ª instância sobre os pontos de facto especificamente questionados, mediante reapreciação das provas produzidas nesse âmbito, tomando por base os factos tidos por assentes, a prova produzida ou algum documento superveniente, oportunamente junto aos autos, que imponham decisão diversa.

*

No caso, importa relevar os seguintes pontos:

- Em primeiro lugar, não se verifica erro notório na apreciação de

provas. Pois, se a primeira compra e venda foi por escrito, não se percebe por que razão é que não se reduzia ao escrito a transmissão de metade da propriedade entre os “comproprietários” (contitulares de direito), ainda que fosse por forma de compensação de dívida tal como os Autores alegaram;

- Os argumentos invocados nesta parte do recurso não são elementos novos para demonstrar o erro na apreciação das provas, mas sim visam atacar a convicção do Tribunal recorrido, pois o ponto essencial prende-se com a questão de acreditar ou não na versão contada pelos Autores.

- Por outro lado, quanto ao ponto chave dos factos que é a inversão da posse por parte do falecido B, não encontramos dados fidedignos que sejam capazes de sustentar uma posição diferente da assumida pelo Tribunal *a quo*.

- Reapreciados todos os elementos probatórios constantes dos autos, é da nossa conclusão que, quando o Tribunal Colectivo deu as respostas negativas aos factos acima indicados, já valorou devida e cautelosamente todos os elementos apresentados pelos Autores, e fundamentou coerentemente a sua decisão – *sendo o seu teor de fundamentação reproduzido aqui para todos os efeitos legais*, o que, por ora, não merece censura, por um lado; por outro, nem existem dados novos que permitam alterar a matéria de facto já fixada pelo Tribunal *a quo*.

Pelo que, **julga-se deste modo improcedente o recurso nesta parte interposto pelos Recorrentes.**

*

Prosseguindo, passemos a ver a questão de mérito.

Neste recurso, discute-se se o B, antes de falecer, tinha posse sobre o imóvel inteiro? Ou apenas sobre uma metade do mesmo tal como o Tribunal

recorrido decidiu?

Ora, como os factos assentes não foram alterados, nem existem elementos nos autos para comprovar a inversão do título da posse por parte do falecido, titular da metade do direito sobre a fracção autónoma em causa, cujos herdeiros propuseram a presente acção, é impossível afirmar-se que o B, antes de falecer, tinha posse sobre o imóvel inteiro.

Na falta de elementos, é de manter a decisão recorrida.

*

Síntese conclusiva:

I – Os Autores alegaram o seguinte: os 2º, 4º e 6º Réus, em 3 de Junho de 1988, venderam, através de um contrato-promessa de compra e venda, a fracção autónoma “AO5” a que se referem os presentes autos a si e ao 1º Réu, A, pelo preço de HK\$301.661,00; que, juntamente com o 1º Réu, pagou aos 2º, 4º e 6º Réus o preço, em cinco prestações, tendo a quantia relativa à última prestação sido obtida mediante empréstimo bancário contraído por si e o 1º Réu; que, em 21 de Junho de 1990, data em que a última prestação foi paga, a fracção autónoma foi entregue a si e o 1º Réu pelos 2º, 4º e 6º Réus; que, desde então, os promitentes-compradores passaram a ocupar e a fruir a fracção autónoma com a convicção de serem os seus únicos legítimos e plenos titulares.

II – Foi alegado ainda que, em meados de 1992, o 1º Réu vendeu a si quota-parte sobre a mesma fracção autónoma que lhe pertencia pelo preço de HK\$200.000,00 ficando B com a obrigação de pagar o remanescente do empréstimo bancário contraído para a aquisição do imóvel

III – Os Autores alegaram ainda o seguinte: em 13 de Setembro de 1997, B liquidou integralmente o empréstimo bancário; que B não conseguiu

localizar nenhum dos 2º, 4º e 6º Réus para celebrar a escritura de compra e venda; que B, apesar disso, desde 1990 e relativamente à totalidade da fracção autónoma desde meados de 1992, suportou todas as despesas, incluindo, contribuição predial, electricidade e água; que, por ser residente de Hong Kong, B incumbiu o seu sobrinho para se deslocar regularmente à fracção autónoma, abrindo as janelas e promovendo a sua limpeza; que as despesas da limpeza, reparação e manutenção da fracção autónoma foram pagas por si; que nunca pagou quaisquer rendas pela fracção por não julgar serem devidas à vista de todos, pacificamente, sem oposição de ninguém e sem recurso à violência e coacção, moral ou física, e sem oposição de terceiros e ignorando lesar direitos de terceiros; e que era reconhecido como dono da fracção autónoma.

IV – À excepção de outros factos considerados provados, pelos Autores não foram devidamente alegados e provados elementos suficientes que demonstrem a inversão do título de posse por parte de B, nem em sede do recurso, conseguiram convencer o Tribunal *ad quem* que havia inversão do título da posse em causa, nem conseguiram demonstrar que houve erro notório em apreciação de provas por parte do Tribunal recorrido, não obstante os Recorrentes/Autores terem impugnado a matéria de facto.

VI – De realçar que, para que o compromitente-comprador (depois os seus herdeiros) adquira a propriedade de outra metade de um imóvel por usucapião, pertencente ao outro compromitente-adquirente, sobre o qual aquele vinha a exercer actos de posse, à falta de título e para o efeito, deve demonstrar a inversão do título da posse, nos termos do disposto no artigo 1265º do CC de 1966 (artigo 1190º do CCM).

VII – Na falta de elementos necessários à comprovação da posse por

parte do promitente-comprador sobre outra metade do imóvel, é de manter a decisão recorrida que declarou que os Autores (sucessores da posse) adquiram apenas metade da propriedade do imóvel por usucapião.

*

Tudo visto e analisado, resta decidir.

* * *

V – DECISÃO

Em face de todo o que fica exposto e justificado, os juízes do Tribunal de 2ª Instância **acordam em negar provimento ao recurso, mantendo-se a sentença recorrida.**

*

Custas pelos Recorrentes.

*

Registe e Notifique.

*

RAEM, 25 de Julho de 2019.

Fong Man Chong

Ho Wai Neng

José Cândido de Pinho